

CLUB ATHLETICO PAULISTANO
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

CLUB ATHLETICO PAULISTANO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Quadro I – Balanço patrimonial

Quadro II – Demonstração do resultado

Quadro III – Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores
Club Athletico Paulistano

Examinamos as demonstrações contábeis do Club Athletico Paulistano, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a NBC ITG 2002/12 – Entidades Sem Finalidade de Lucro, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Aos Administradores
Club Athletico Paulistano

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Em decisão judicial transitada em julgado, a Entidade foi condenada a pagar indenização por danos morais, pensão vitalícia e assistência médica para associado. A Administração realizou o pagamento de indenização por danos morais e o provisionamento de despesas com pensão vitalícia. A Administração do Clube não efetuou o registro da provisão dos custos futuros referentes a acompanhamento médico e com outras despesas relacionadas.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam decorrer da limitação do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Club Athletico Paulistano em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase com relação a COFINS

Conforme mencionado na nota explicativa 13, a Administração da Entidade, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, entende não ser contribuinte da COFINS, concluindo que todas as suas receitas são vinculadas a atividade fim da Entidade, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações contábeis. Nossa opinião não foi ressalvada com relação a esse assunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2015.



Waldemar Namura Junior
Contador – CRC-1SP154938/O-0
Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CRC-2SP016754/O-1

www.bakertillybrasil.com.br

CLUB ATHLETICO PAULISTANO

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2014	2013	PASSIVO	Nota explicativa	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.855	20.019	Fornecedores	10	2.393	1.547
Aplicação financeira vinculada	5	1.149	923	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	11	5.843	5.979
Contas a receber	6	3.735	4.646	Obrigações fiscais e tributárias	12	659	480
Estoques	7	2.451	1.857	Lei do incentivo ao esporte		1.200	923
Adiantamentos a funcionários		363	827	Adiantamentos		1.031	723
Outros créditos		696	93	Outras obrigações		110	101
		<u>35.249</u>	<u>28.365</u>			<u>11.236</u>	<u>9.753</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências	13	8.510	7.925
Depósitos judiciais	8	1.160	1.137	Adiantamentos		563	822
Outros créditos		638	319	Lei de incentivo ao esporte		462	-
		<u>1.798</u>	<u>1.456</u>			<u>9.535</u>	<u>8.747</u>
Imobilizado	9	184.660	183.782	TOTAL DO PASSIVO		<u>20.771</u>	<u>18.500</u>
		<u>186.458</u>	<u>185.238</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14		
				Patrimônio social		79.889	78.070
				Reserva de reavaliação		52.461	52.584
				Ajuste de avaliação patrimonial		55.515	57.231
				Superávit acumulado		13.071	7.218
						<u>200.936</u>	<u>195.103</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>221.707</u></u>	<u><u>213.603</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>221.707</u></u>	<u><u>213.603</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLUB ATHLETICO PAULISTANO**QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
RECEITAS			
RECEITAS OPERACIONAIS			
Contribuições sociais		64.508	57.085
Taxa de admissão/venda de títulos		3.888	4.466
Bares e restaurantes	16	29.177	26.454
Ações esportivas		5.695	4.828
Recanto infantil		5.060	4.062
Taxas de garagem		2.851	2.372
Taxas de armários		3.176	2.471
Ações culturais e sociais		3.013	2.764
Patrocínios para o esporte		1.898	1.459
Ganho com ação judicial	13	3.433	-
Outras receitas		3.253	2.774
		<u>125.952</u>	<u>108.735</u>
Rendimento aplicações financeiras		2.082	1.310
		<u>128.034</u>	<u>110.045</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	17	(61.226)	(55.190)
Serviços terceirizados		(18.374)	(15.498)
Alimentos e bebidas		(17.913)	(15.939)
Água, energia, gás, correio e telefone		(5.584)	(5.619)
Material de consumo		(3.075)	(2.769)
Material de manutenção		(990)	(1.343)
Orquestras e músicos		(944)	(890)
Loações		(1.643)	(1.254)
Ajuda de custo		(1.147)	(812)
Depreciação		(4.488)	(4.111)
Financeiras		(1.158)	(1.001)
Assessoria jurídica		(1.511)	(625)
Demais despesas		(4.148)	(3.175)
		<u>(122.201)</u>	<u>(108.226)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>5.833</u>	<u>1.819</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLUB ATHLETICO PAULISTANO

QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Superávit do exercício	5.833	1.819
Outros componentes do resultado abrangente:		
Realização da reserva de reavaliação e do valor justo de ativos	1.839	1.839
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>7.672</u></u>	<u><u>3.658</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLUB ATHLETICO PAULISTANO**QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)**

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	80.408	52.707	58.947	1.222	193.284
(-) Realização da reserva de reavaliação e do valor justo de ativos (nota 14.2)	-	(123)	(1.716)	1.839	-
(-) Absorção do déficit	(2.338)	-	-	2.338	-
Superávit do exercício	-	-	-	1.819	1.819
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>78.070</u>	<u>52.584</u>	<u>57.231</u>	<u>7.218</u>	<u>195.103</u>
(-) Realização da reserva de reavaliação e do valor justo de ativos (nota 14.2)	-	(123)	(1.716)	1.839	-
Absorção do superávit	1.819	-	-	(1.819)	-
Superávit do exercício	-	-	-	5.833	5.833
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>79.889</u>	<u>52.461</u>	<u>55.515</u>	<u>13.071</u>	<u>200.936</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CLUB ATHLETICO PAULISTANO**QUADRO V – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	5.833	1.819
- Depreciação	4.488	4.111
- Valor residual do ativo imobilizado baixado	760	242
- Provisão para contingências	585	245
Superávit ajustado	<u>11.666</u>	<u>6.417</u>
 (Aumento) redução de ativos:		
- Aplicação financeira vinculada	(226)	109
- Contas a receber	911	(1.498)
- Estoques	(594)	(220)
- Adiantamento a funcionários	464	(273)
- Depósitos judiciais	(23)	(323)
- Outros créditos	(922)	(98)
 Aumento (redução) de passivos:		
- Fornecedores	846	(457)
- Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(136)	961
- Obrigações fiscais e tributárias	179	133
- Lei do incentivo ao esporte	739	(109)
- Adiantamentos	49	1.049
- Outras obrigações	9	(31)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>12.962</u>	<u>5.660</u>
 FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativo imobilizado	<u>(6.126)</u>	<u>(3.874)</u>
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	<u>(6.126)</u>	<u>(3.874)</u>
 ACRÉSCIMO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	<u><u>6.836</u></u>	<u><u>1.786</u></u>
 Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	20.019	18.233
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	26.855	20.019
 ACRÉSCIMO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	<u><u>6.836</u></u>	<u><u>1.786</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLUB ATHLETICO PAULISTANO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Club Athletico Paulistano (“Clube”), fundado em 29 de dezembro de 1900, é uma associação civil de duração indeterminada, sem fins econômicos e livres de credos políticos e religiosos.

As finalidades do Clube são: difundir a prática da educação física e dos esportes, em caráter amadorista; realizar reuniões de caráter esportivo, cultural, artístico e social; promover solenidades cívicas e incentivar o civismo. Principalmente no âmbito infanto-juvenil, patrocinar e colaborar em campanhas filantrópicas, assistenciais e de saúde pública.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, tendo optado pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC-PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a NBC ITG 2002/12 – Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

(b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- O ativo imobilizado mensurado pelo valor justo (deemed cost).
- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Nota 13 - Provisão para contingências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas, incluindo os rendimentos financeiros, são reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime contábil de competência do exercício.

As fontes de recursos para a manutenção da Entidade são as provenientes das contribuições de associados recebidas.

(b) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contribuições a receber e outros recebíveis, caixas e bancos, assim como fornecedores, contas a pagar e outras dívidas.

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Entidade tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no superávit ou déficit conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem as contribuições a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento a curto prazo com liquidez imediata a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Entidade não possui em aberto, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, transações com instrumentos financeiros derivativos.

(c) Ativos circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa

São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras para negociação ou mantidos até o vencimento.

Contribuições a receber

São registradas ao custo (valor dos boletos emitidos) e quando aplicável incluem os encargos oriundos dos valores em atraso negociados. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois, o menor. Os custos dos estoques incluem gastos incorridos nas aquisições, transporte e armazenagem dos estoques.

Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido de realização.

(d) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido do custo atribuído (deemed cost), conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9. A Entidade efetuou análise com o objetivo de revisar os critérios utilizados para determinação da vida útil dos ativos pertencentes as contas contábeis do ativo imobilizado, não sendo identificada alteração na vida útil desses ativos. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil econômico estimado dos bens.

(e) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado e avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado e calculado como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os ativos do imobilizado com vida útil definida tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos em 31 de dezembro de 2014.

(f) Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

(g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são constituídas por valor considerado suficiente à cobertura de perdas nos processos judiciais de acordo com o CPC PME, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 13.

(h) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratual ou legalmente.

(i) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem basicamente as tarifas bancárias.

(j) Imposto de renda e contribuição social

A Entidade goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o superávit por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Caixa	196	199
Bancos conta corrente	162	91
Para negociação		
Operações compromissadas	22.451	16.526
Certificados de depósito bancário	4.046	3.203
	<u>26.497</u>	<u>19.729</u>
	<u>26.855</u>	<u>20.019</u>

As aplicações de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a aplicações compromissadas vinculadas a operações com debêntures com as instituições financeiras e em CDB, com remuneração mensal de 100,2% a 101% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	2014	2013
Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 9.615)	792	923
Lei Paulista de Incentivo ao Esporte (Lei 13.918)	357	-
	1.149	923

O montante de Aplicações Financeiras Vinculadas refere-se aos valores captados relacionados aos Projetos vinculados às referidas Leis, com o objetivo de investir no aprimoramento e formação de jovens esportistas. Esse montante encontra-se aplicado em instituição financeira e somente pode ser utilizado nos correspondentes Projetos. As obrigações vinculadas aos projetos estão registradas em “Lei de Incentivo ao Esporte” no passivo.

6. CONTAS A RECEBER

	2014	2013
Taxa de admissão a receber	417	988
Contribuições sociais a receber	792	650
Venda de títulos a receber	622	1.398
Parcelamentos – débitos renegociados	142	167
Taxa de convidados a receber	186	147
Outras contas a receber	333	146
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9)	(9)
Contas a receber - Associados	2.483	3.487
Cartões de crédito – Bares e Restaurantes	1.252	1.159
	3.735	4.646

7. ESTOQUES

	2014	2013
Gêneros alimentícios e bebidas	1.023	850
Almoxarifados diversos	1.428	1.007
	2.451	1.857

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2014	2013
INSS – REFIS	1.160	780
Outros	-	357
	1.160	1.137

a) Depósitos judiciais – REFIS

Montante referente a depósito judicial relacionado a notificações fiscais da fiscalização do INSS. O Clube está aguardando devolução pelo judiciário em razão das notificações terem sido liquidadas com a inclusão da dívida no REFIS.

9. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	2014			2013
		Custo	Depreciação	Total	Total
Terrenos	-	51.159	-	51.159	51.159
Edificações	2 a 4	131.255	(11.965)	119.290	120.612
Móveis e utensílios	8 a 33	4.057	(1.495)	2.562	2.415
Máquinas e equipamentos	7 a 25	10.769	(4.498)	6.271	6.575
Equipamentos de informática	9 a 25	1.834	(1.018)	816	378
Embarcações	8	643	(56)	587	82
Veículos	11	334	(135)	199	232
Imobilizado em andamento	-	3.181	-	3.181	1.893
Outros	25	715	(120)	595	436
		203.947	(19.287)	184.660	183.782

9.1 Movimentação do período (custo)

	2013		2014		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Terrenos	51.159	-	-	-	51.159
Edificações	130.109	-	-	1.146	131.255
Móveis e utensílios	3.597	535	(156)	81	4.057
Máquinas e equipamentos	9.875	837	(250)	307	10.769
Equipamentos de informática	1.267	88	(26)	505	1.834
Embarcações	120	-	(12)	535	643
Veículos	334	-	-	-	334
Imobilizado em andamento	1.893	4.545	(578)	(2.679)	3.181
Outros	489	121	-	105	715
	198.843	6.126	(1.022)	-	203.947
Depreciação	(15.061)	(4.488)	262	-	(19.287)
Total	183.782	1.638	(760)	-	184.660

As imobilizações em andamento referem-se, substancialmente, à gastos com implantação do sistema ERP e com obras nas instalações do Clube.

10. FORNECEDORES

	2014	2013
Dell Computadores do Brasil Ltda.	196	-
Osram do Brasil Lâmpadas Elétricas Ltda.	178	-
Outdoor Importação e Exportação Ltda.	-	137
Carlos Leonardo da Costa Pessoa – ME	78	52
Deloitte Assessoria e Consultoria	70	-
Vinhais Com. Imp. Exp. Alim. Ltda.	62	36
3M do Brasil Ltda.	51	60
Doar Comércio e Serviço Ltda.	55	-
Di-Lellas Lavanderia	-	48
Real Comercial Ltda.	47	20
BRF – Brasil Foods S.A. (Sadia)	36	44
Westcon Brasil Ltda.	41	-
Alerta Security Solutions Informática Ltda.	39	-
Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda.	-	39
Kimberly Clark Brasil	23	36
WPP Comércio de Carnes Ltda.	34	-
Ecolab Química Ltda.	33	-
Demais (abaixo de R\$ 30)	1.450	1.075
	2.393	1.547

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	2014	2013
INSS a recolher	1.034	1.800
FGTS a recolher	388	325
Provisão para férias	4.279	3.713
Outras obrigações	142	141
	5.843	5.979

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	2014	2013
IRRF de terceiros a recolher	466	344
INSS retido de terceiros a recolher	54	40
ICMS a recolher	66	65
Outras obrigações	73	31
	659	480

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2014	2013
Trabalhistas	5.840	4.840
Cíveis	3.381	3.200
Previdenciárias – INSS	1.332	1.091
Outras contingências	28	-
Depósitos judiciais processos cíveis	(6)	(6)
Depósitos judiciais processos previdenciários	(1.351)	(723)
Depósitos judiciais processos trabalhistas	(714)	(477)
	8.510	7.925

A Entidade registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da administração, para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação, conforme demonstrado:

		2014			
Contingências	2013	Adições	Atualização monetária	Saldo Final	Depósitos judiciais
Trabalhistas	4.840	442	558	5.840	(714)
Cíveis	3.200	-	181	3.381	(6)
Previdenciárias - INSS	1.091	-	241	1.332	(1.351)
Outras contingências	-	28	-	28	-
	9.131	470	980	10.581	(2.071)

a) Contingências trabalhistas

O Clube é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As contingências trabalhistas são reconhecidas contabilmente tendo como base as opiniões dos assessores legais sobre os processos cuja possibilidades de perdas são prováveis e possíveis.

Descrição	Estimativa de perda	Valor estimado
Trabalhista	Provável	98
Trabalhista	Possível	5.742
		5.840

b) Cíveis

Trata-se de provisão para pagamento de pensão mensal ao associado Guilherme Gunther, conforme decisão judicial, contemplando 10 salários mínimos mensais até o fim da vida laboral do associado. Em 31 de dezembro de 2014, o montante registrado é de R\$ 3.381 (2013 – R\$ 3.200). Em 11 de abril de 2014, a entidade entrou com recurso com pleiteando nova perícia médica, com objetivo de reavaliação das atuais condições de saúde do beneficiário, objetivando assim, a adequação dos valores a serem desembolsados no futuro e, também, da real e efetiva necessidade da manutenção de tratamentos indicados na decisão judicial anterior.

c) Cofins

A Administração, com base nas disposições contidas no inciso X do artigo 14 da Medida Provisória nº 2158-35 de 24/08/2001, vem considerando isentas da COFINS a totalidade de suas receitas, pois em seu entendimento, essas receitas decorrem unicamente das atividades próprias da Entidade. O Clube, ainda, está suportado pela opinião dos seus assessores jurídicos que fundamentados em diversos julgados judiciais proferidos por Tribunais Superiores e também por decisões emanadas de tribunais administrativos asseguram a isenção do COFINS sobre a totalidade das suas receitas. Por tudo isso não é constituída qualquer provisão contábil, tendo em vista que é remota, segundo a avaliação da Administração do Clube a possibilidade de vir a ser exigida qualquer obrigação referente à COFINS.

d) Contingências ativas

Em novembro de 2014, a Entidade recebeu a título de indenização da previdência social o montante de R\$ 3.433 referente a recolhimento, em anos anteriores, da contribuição do INSS sobre SESC, registrado no resultado como ganho com ação judicial.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Patrimônio social

O Clube, por ser entidade sem fins lucrativos, não distribui lucros, dividendos, vantagens ou parcelas do patrimônio a seus associados, instituidores e administradores, sob qualquer forma. Os resultados do exercício são incorporados ao patrimônio social da Entidade.

No caso de dissolução da Entidade, o patrimônio líquido será destinado a uma ou mais entidades beneficentes, segundo aprovado pelas assembleias que decidirem sobre a matéria.

14.2 Ajustes de avaliação patrimonial e reserva de reavaliação

O Clube optou, com base na opção dada pelas práticas contábeis vigentes a partir de 2010, por demonstrar seu ativo imobilizado pelo custo atribuído apurado em 1º de janeiro de 2010, sendo a mais valia apurada registrada na rubrica “ajuste de avaliação patrimonial” no grupo “Patrimônio Líquido”. A reserva de reavaliação é a contrapartida dos valores relativos a mais-valia atribuídos aos bens reavaliados do ativo imobilizado, que está sendo realizada à medida da depreciação, venda ou baixa dos bens correspondentes. As realizações de ambas estão sendo realizadas de acordo com a depreciação do ativo imobilizado, em contrapartida á rubrica de superávit acumulado.

15. TRABALHO VOLUNTÁRIO

A resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, determina que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A Administração suportada na opinião de seus assessores jurídicos e do Sindicato dos Clubes do Estado de São Paulo, entende que os Clubes são aglomerados associativos, detentores de consideráveis patrimônios geridos pelos próprios membros e que o exercício de mandatos como dirigentes não se caracteriza como trabalho voluntário, razão pela qual não se aplicaria as disposições contidas na mencionada Resolução do CFC. Além disso, o valor estimado pela Administração em relação a esse item é imaterial em relação ao total da movimentação do Clube e, ademais, o registro desse valor, caso ocorresse, não afetaria o resultado do Clube, pois se trataria de um registro de receita e despesa de mesmo montante. Portanto, em função, do exposto acima, a Administração não procedeu o reconhecimento dessa despesa, no exercício de 2014, tal como previsto na NBC ITG 2002 em relação ao trabalho voluntário.

16. RECEITAS COM BARES E RESTAURANTES

	2014	2013
Refeições e lanches	21.893	19.786
Bebidas	6.291	5.705
Cigarros e charutos	224	226
Outras	769	737
	29.177	26.454

17. DESPESAS COM PESSOAL

	2014	2013
Salários	28.674	26.459
Encargos sociais	12.968	12.505
Férias e 13º Salário	7.287	6.241
Horas extras	2.891	2.521
Benefícios	8.317	6.731
Outras	1.089	733
	61.226	55.190

18. ASPECTOS FISCAIS

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas às demais condições legais.

O Clube enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza o Clube.

As declarações de rendimentos do Clube estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

Instrumentos Financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente contribuições a receber, aplicações financeiras, fornecedores e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidos das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2014, o Clube não executou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos.

20. GESTÃO DE RISCO

Política de gestão de riscos

O Clube possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão é responsabilidade da Administração, que se utiliza de instrumentos de controle julgados adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados.

Em 31 de dezembro de 2014, a Entidade possuía depósitos financeiros e aplicações financeiras em instituição financeira nacional e contas a receber vinculadas a contribuições dos associados. Esses investimentos estão sujeitos à exposição de risco de crédito.

Risco de liquidez

É o risco que o Clube irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidadas com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Risco de taxa de juros

O caixa da Entidade é investido em operações compromissadas em debêntures lastreadas em certificados de Depósito Bancário (CDBs), indexados a taxas de juros, portanto variações de mercado podem afetar o fluxo de caixa do Clube.

A Administração da Entidade acredita que não há exposição de forma significativa a riscos advindos do uso de instrumentos financeiros, tais como risco de crédito, risco de liquidez ou risco de taxa de juros.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Entidade.

O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Entidade e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Entidade para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações.
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais.
- Documentação de controles e procedimentos.
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.
- Desenvolvimento de planos de contingência.
- Treinamento e desenvolvimento profissional.
- Padrões éticos e comerciais.
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Gestão de capital

A Entidade administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus associados e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu desenvolvimento social.

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerado a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

* * *